



DECISÃO CFO-CR-01, de 15 de setembro de 2025

Recurso Administrativo interposto pela Chapa 02 relacionado ao Processo Eleitoral do CRO/SC

Compete a Comissão de Recursos do Conselho Federal de Odontologia, instituída pela Portaria CFO-SEC-213 -de 09 de setembro de 2025-, processar e julgar como órgão revisor, em conformidade com o artigo 53, § 6°, da Resolução CFO-267/2024 (Regimento Eleitoral), os recursos interpostos quanto as eleições dos Conselhos Regionais de Odontologia.

Por consequência, *no propósito de levar a efeito análise* e votação de *recurso administrativo interposto quanto a eleição CRO SC 2025*, foi designada a presente Reunião Extraordinária da Comissão Eleitoral do CFO.

Coube a mim, por designação da Presidência, desempenhar a **RELATORIA** do recurso em referência, daí porque, superadas as análises e reflexões necessárias, passo doravante a consignar o meu RELATÓRIO e subsequente VOTO, para produção dos seus jurídicos e legais efeitos.

• RELATÓRIO:

- 1. Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela cirurgiã-dentista Letícia Maduell de Mattos, *representante da Chapa nº 02*, por meio do qual questiona decisão administrativa da Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC) quanto ao respectivo processo eleitoral / 2025.
- 2. Pretende a recorrente, *em síntese*, a substituição de membro da Chapa 02 (candidato suplente) e subscritores, alicerçando-se, *para tanto*, no artigo 50, § 2°, do Regimento Eleitoral.
- 3. Nos termos do artigo 37, § 2°, c/c artigo 50, § 2°, do Regimento Eleitoral, a primeira análise de pedidos de substituição de candidatos ou até mesmo subscritores compete à Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Odontologia respectivo, no caso vertente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC). Isso é o que se

extrai do vigente Regimento Eleitoral (Resolução CFO 267/2024).

- 4. Contudo, na presente hipótese a representante da Chapa 02 encaminhou Recurso Administrativo diretamente a este Conselho Federal de Odontologia, sem que, *no entanto*, a Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC) tenha antes sobre a dita pretensão se pronunciado.
- 5. Logo, qualquer decisão de mérito eventualmente proferida por este Conselho Federal de Odontologia, sem prévia análise da irresignação pela Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC), fatalmente a meu juízo consubstanciará irregularidade processual consistente em supressão de instância, ao passo que, conforme antes dito, no vigente sistema eleitoral o Conselho Federal de Odontologia atua como órgão recursal, com a incumbência de revisor das decisões emanadas dos Conselhos Regionais de Odontologia.
- 6. Por consequência, entendo inviável, <u>ao menos por ora</u>, qualquer espécie de análise por parte deste Conselho Federal de Odontologia quanto a pretensão formulada pela interessada, sendo certo que, *se for o caso*, oportunamente caberá a este órgão de cúpula deslindar eventual recurso.

É relatório.

• VOTO:

7. Por todo o exposto, VOTO pelo NÃO CONHECIMENTO do recurso interposto, com a consequente devolução dos autos ao Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC) com vistas a que lá se efetive prévia análise / decisão, por sua Comissão Eleitoral, subindo a este CFO, se for o caso, posterior recurso interposto caso persista irresignação / inconformismo.

ACORDAO-CFO-CR-01-2025

Brasília (DF), 15 de setembro 2025.

CLAUDIO YUKIO MIYAKE, CD PRESIDENTE

RAIMUNDO NAZARENO DE SOUZA ÁVILA, CD MEMBRO

ROBERTO DE SOUSA PIRES, CD RELATOR

ÉLIO SILVA LUCAS, CD MEMBRO

